



V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

ISSN 1982-3657

QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS: DIÁLOGOS ENTRE PASSADO E PRESENTE EM UMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA

Gleíciele da Silva Oliveira¹
Shagaly Damiana Araujo Ferreira²

Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas

Resumo

No período colonial, os quilombos representavam para seus habitantes não só o lugar de resistência ao regime escravocrata, como também o ambiente no qual poderiam conservar sua cultura e tradição. Atualmente, em Salvador – Bahia, a ideia de resistência cultural de afrodescendentes se apresenta em outro tipo de espaço quilombola: os quilombos educacionais (cursos pré-vestibulares populares). Diante dessa perspectiva, procurar-se-á observar as interligações entre tais concepções de quilombo, propondo uma relação dialógica, desse modo, entre o passado e o presente. Será utilizado, então, como principal base teórica, o capítulo *Educação Quilombola*, de Georgina Helena Lima Nunes, do livro *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, organizado pelo Ministério da Educação – MEC, em que a autora procura nortear as práticas de ensino nos quilombos.

Palavras-chave: educação quilombola; quilombos soteropolitanos; resistência cultural.

Abstract

In the colonial period, the quilombos (a Brazilian hinterland settlement founded by people of African origin) represented to their inhabitants not only the place of resistance to the slavery regime, but also a place where they could maintain their culture and tradition. Today, in Salvador-Bahia, the idea of cultural resistance of Afro-descendants takes place in another quilombola space: the educational quilombos (a preparation course to the college entrance examination). Facing this perspective, we will try to observe the interconnection between the

1 Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Pesquisadora do Projeto Etnoescrituras: proficiência multimodal de leituras e escritas extraescolares. Bolsista CNPq/UFBA. Email: b-guel@hotmail.com

2 Mestranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Pesquisadora do Projeto EtniCidades: escritoras/es e intelectuais afro-latinas/os. Bolsista de Mestrado CNPq. Email: shagaly.araujo@gmail.com

conceptions of quilombo, purposing a dialogical relation, in this way, between past and present. The main theoretical basis to be used will be the chapter *Quilombola Education*, by Georgina Helena Lima Nunes, in the book *Orientations and Actions for the Education of Ethnic and Racial Relations*, organized by the Ministry of Education, in which the author tries to guide the teaching practices in the quilombos.

Keywords: quilombola education; quilombos from Salvador-Bahia; cultural resistance.

Não, nenhum cárcere tira dos homens os sonhos de liberdade. Os sonhos desfiam as armas, o fogo não os dilacera, os homens vertem o sangue, mas seguem a luta cantando.

Márcio Barbosa

Desde o início do processo de urbanização no Brasil, o ideário de educação vem se estruturando com base nas mais diversas desigualdades. No que se refere à educação dos negros, de forma específica, tal fato se torna ainda mais evidente, considerando-se que os mesmos foram alijados do projeto de nação forjada por uma determinada elite. Coube a estes, como alternativa, sobreviver resistindo nas margens territoriais e culturais da sociedade brasileira. Uma resistência ancestral, herdada, também, da lógica de sobrevivência dos quilombolas.

Esse imaginário de luta já aparece no termo “quilombo”, da língua africana banto umbundo, que designava um grupo militar de jovens guerreiros. Naquele momento, esses espaços constituíram-se, então, como territórios institucionais sociopolíticos militares, desenvolvidos na região da África Central (cf. NUNES, 2006, p. 143). Por sua vez, esses espaços no Brasil representavam para seus habitantes não só a simbologia da resistência à escravidão, como também o ambiente no qual podiam conservar a sua cultura e tradição, em meio a toda uma opressão ideológica que cerceava seus direitos, uma vez que não comungavam com a cultura europeia imposta.

Atualmente, em perímetro urbano, começou a se desenvolver a proposta de ensino dos quilombos educacionais, atravessados pelo imaginário de preservação cultural e de luta pela inserção dos afrodescendentes nos espaços onde predomina o poder hegemônico. Diante dessa nova premissa que se apresenta, procurar-se-á observar as interligações entre duas concepções de quilombo, a vigente no período escravocrata e a contemporânea, que possuem

elementos que se relacionam, transitando entre passado e presente, na busca pela escrita de uma outra história negra através da educação.

Para tanto, será utilizado, como principal base teórica, o capítulo *Educação Quilombola*, coordenado por Georgina Helena Lima Nunes, do livro *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, organizado pelo Ministério da Educação – MEC, na qual a autora procura nortear o docente na reflexão sobre sua prática de ensino voltada para um determinado público: os remanescentes de quilombos.

Os remanescentes de quilombos

No processo de conservação e produção cultural, a transmissão e a construção do conhecimento entre a população quilombola baseavam-se na sua ligação com as tradições de matriz africana, na qual o processo de aprendizagem valia-se de elementos da ancestralidade e da oralidade. Também, hoje, entre os remanescentes

os vínculos entre educar e formar são ancestrais, não são atributos exclusivos da escola; ancestralidade é tudo o que antecede ao que somos, por isso ela nos forma. Existe um passado e um presente de populações negras que vêm se educando secularmente através de uma resistência que não é passiva, que apenas reage às diversidades, mas que é, igualmente, provocadora de reações [...] (NUNES, 2006, p. 142).

Na busca por atender a essa concepção diferenciada de educação, diante dos movimentos que lutam por um sistema de ensino contra-hegemônico, o MEC desenvolveu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004. Este órgão está subdividido em quatro departamentos, dentre eles o Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania (DEDC), que visa a elaborar e orientar as políticas educacionais voltadas para o ensino de questões étnico-raciais. Desse modo, é levada em consideração a diversidade destes grupos: “as comunidades indígenas, as populações de afrodescendentes dos meios urbano e rural e, neste caso, mais especialmente, as comunidades de áreas remanescentes de quilombos” (HENRIQUES & CAVALLEIRO, 2005, p. 03).

O MEC explica sua proposta mostrando que

o campo dessas ações refere-se, por seu turno, a um país de culturas e

tradições múltiplas, algumas poucas conhecidas das nossas crianças, jovens e até dos professores. A educação apresenta-se como um mecanismo de transformação de um povo, e a escola responde por, democraticamente e de forma comprometida com a promoção do ser humano, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias dos diversos grupos étnicos que formam a sociedade brasileira (HENRIQUES & CAVALLEIRO, 2005, p. 03).

Mesmo havendo políticas públicas elaboradas no sentido de favorecer o ensino diferenciado nesses territórios, algumas das comunidades remanescentes de quilombos possuem apenas centros educacionais em seu interior que atendem às séries iniciais. Em outras, de forma mais grave, os moradores têm difícil acesso à educação em todos os níveis. Em ambas as situações, precisam se deslocar para instituições dos centros das cidades, que, na maioria dos casos, não abordam aspectos de sua cultura. Porém, o que se espera de uma educação especialmente voltada para a temática quilombola é que a mesma favoreça a permanência desses indivíduos em seus territórios, durante os diversos níveis de ensino, a fim de que estes possam se sentir representados e valorizados nos livros, nos conteúdos trabalhados em sala de aula, nos projetos político-pedagógicos, enfim, no âmbito escolar como um todo.

Nesse sentido, para assegurar a efetivação e eficácia dessas propostas educacionais, é importante que se faça valer a Lei nº 10.639/03 (atual 11.645/08), desenvolvida pelo Governo Federal, que propõe a abordagem em sala de aula da história e cultura africana e afro-brasileira, abordagem esta que já se fazia necessária há tempos, e foi reivindicada por muitos grupos militantes. A implementação desta lei pode ser vista como um dos fatores que possibilita se pensar o espaço escolar como multiplicador de discursos que rasuram estigmas e estereótipos cristalizados socialmente, a fim de formar indivíduos críticos, que não considerem a diferença como algo a ser combatido. Assim, pensar na educação aliada à trajetória histórica do negro é gerenciar suportes para transformar o presente, com vistas a desenhar novos rumos para o futuro.

Os quilombos educacionais soteropolitanos

O princípio de resistência e produção culturais, que permeou as vivências dos quilombolas do período escravocrata e as dos seus descendentes remanescentes, transita, também, no contexto

contemporâneo, através das propostas dos chamados quilombos educacionais. Estas instituições se utilizam deste princípio peculiar para engendrar um ambiente de construção do saber, que vai muito além das fronteiras escolares.

Se auto-intitulam quilombos educacionais os cursos pré-vestibulares populares de Salvador, voltados para um público carente e/ou afrodescendente (geralmente habitante de bairros periféricos). Estes quilombos atuam como instituições socioeducativas, cujo objetivo é, a partir de uma proposta de valorização da cultura africana e afro-brasileira, promover nos estudantes o desejo de busca por sua inclusão e reconhecimento de sua identidade no âmbito universitário e na sociedade como um todo, reafirmando a proposta de resistência e produção culturais dos quilombos de outrora, em uma ligação constante entre passado e presente:

A emergência dos quilombolas entre os movimentos sociais aponta a atuação de pessoas em um contínuo movimento de ideias e práticas que transformam transformando-se por meio de um embate diário contra as sequelas da escravidão e da omissão/rejeição de um legado africano repleto de intenção estética e saber (NUNES, 2006, p. 148).

Estes cursos pré-vestibulares possuem uma concepção de educação e um currículo diferenciados: além de trabalharem com as disciplinas obrigatórias exigidas nos processos seletivos das universidades, problematizando-as, discutem, em atividades e disciplinas alternativas, questões de identidade racial, gênero, desigualdades sociais e cidadania. A respeito desta questão, Alexandre do Nascimento (2005), no texto *Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares*, ao falar principalmente das instituições populares do Rio de Janeiro, pontua que:

Com a tarefa de preparar para o vestibular e tentar facilitar o acesso de estudantes negros e pobres à universidade, os cursos pré-vestibulares populares mostram que é possível e desejável a reflexão permanente e coletiva no sentido de elucidar os mecanismos de dominação e exclusão; as relações assimétricas entre e raças, gêneros, cultura e classe sociais; as desigualdades existentes nas relações sociais; e a construção de condições culturais e políticas para desenvolvimento da democracia e de autonomia individual e coletiva (NASCIMENTO, 2005, p. 155)

A partir destes princípios, estes órgãos fomentam também o retorno de seus ex-alunos à comunidade de origem, na tentativa de que o conhecimento apreendido individualmente na universidade resulte na disseminação do conhecimento na sociedade, como tradicionalmente ocorre na transmissão do saber coletivo africano. Desse modo, o ganho individual perpassa também o benefício social, no sentido de que “sem a partilha, não há existência possível”

(ROCHA & TRINDADE, 2005, p. 59).

Como exemplo desse movimento de retorno, tem-se o caso da estudante de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Josiane Andrade de Cristo, ex-aluna do curso pré-vestibular popular, Quilombo do Orubu, situado no bairro de Cajazeiras, em Salvador, Bahia. Josiane ingressou em 2004 no referido curso, passando, em poucos meses, a ser conselheira deliberativa da instituição, devido a sua dedicação aos estudos e ao seu posicionamento em relação aos temas étnico-raciais. Ao iniciar a graduação, em 2006, continuou mantendo vínculo com o quilombo, participando das reuniões do conselho, e, mais tarde, ministrando aulas de literatura, até o ano de 2009.

Em entrevista concedida por ela durante a pesquisa a respeito dos quilombos educacionais³, Josiane ressaltou a importância de compartilhar o seu conhecimento acadêmico com os outros participantes do quilombo, para que este mesmo saber adquira novas configurações na vida deles. A professora afirmou se sentir orgulhosa e emocionada, ao ver seus alunos ingressarem em universidades. E o seu trabalho se torna ainda mais relevante quando estes ex-alunos se posicionam como cidadãos críticos e conscientes de sua identidade, não só no âmbito universitário, como também na sociedade.

Josiane também cedeu informações acerca do nome do supracitado curso pré-vestibular popular, termo este que demonstra um explícito diálogo entre passado e presente quilombolas. De origem africana, “Quilombo do Orubu” faz referência a um espaço quilombola itinerante que existiu nas imediações do bairro de Cajazeiras. Enquanto que a proposta dos quilombolas do Orubu, antigamente, era a de ocupar toda a cidade de Salvador, em uma tentativa de subjugar a cultura hegemônica que os oprimia, os “quilombolas contemporâneos” reapropriam-se do termo, transportando para os tempos atuais o espírito guerreiro e resistente do povo africano e diaspórico, na busca pela inserção da voz negra em lugares historicamente não reservados a ela.

A luta é constante também no que se refere à preservação e continuação desses cursos. No Quilombo do Orubu, os professores e demais funcionários trabalham sem fins lucrativos, recebendo apenas vale-transporte. A taxa de mensalidade paga pelos alunos é pequena, e

3 Entrevista concedida a Gleiciele da Silva Oliveira e a Shagaly Damiana Araujo Ferreira, em maio de 2011.

mesmo assim é a verba utilizada para a manutenção do espaço e compra de materiais didáticos. Além disso, o órgão conta com o apoio da organização não-governamental Casa do Sol⁴, que disponibiliza o local para que sejam realizadas atividades e aulas.

O Quilombo do Orubu faz parte de uma rede quilombola soteropolitana gerenciada pelo Foquiba, Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia. A rede foi criada em 2001, com o objetivo de organizar os quilombos educacionais da capital. A instituição não objetiva, desse modo, uma homogeneização, mas, pelo contrário, propõe-se a valorizar a autonomia de cada órgão, por crer que esta é a melhor maneira de atuar conjuntamente. O fórum reúne também mais sete instituições em bairros distintos: Quilombo Milton Santos (IAPI); Quilombo Irmã Santa Bakhita (Sussuarana); Instituto Cultural Steve Biko (Pelourinho); Quilombo Semear (São Gonçalo do Retiro); Coequilombo (Plataforma); Quilombo Cabricultura (Cabrito de Baixo) e Quilombo da Ilha (Ilha de Vera Cruz).

O Foquiba se constitui como uma tentativa de conjunção desses quilombos, no sentido de produzir uma linha pedagógica diferenciada e adequada às necessidades específicas dessas instituições e dos seus participantes, acreditando na urgência de uma educação antirracista. Para tanto, investe na promoção de seminários, encontros, cursos, formação de professores, para integrantes ou não dos quilombos. Então, esta concepção do “tempo presente – quilombos contemporâneos – é um momento histórico com um olhar no passado – aquilombamento de escravizados(as) – e é neste trânsito temporal (passado, presente, futuro) que a cultura africana, ao ser retomada, se ressignifica, se redimensiona (...)” (NUNES, 2006, p. 153).

Considerações Finais

Os quilombos do Brasil-colônia foram relidos contemporaneamente em novas vertentes quilombolas, que permanecem como força significativa na atenuação das discrepâncias sociais e raciais do país, possuindo uma imagem simbólica da resistência negra, que tanto

4 A instituição Casa do Sol se propõe a oferecer estudos complementares à grade curricular formal da escola, atividades culturais, aulas de música, dança e teatro para crianças de 03 a 18 anos, além de dispor de uma biblioteca comunitária. Ganhou, em 2009, o *Prêmio Itaú- Unicef Educação e Participação*.

influencia na educação, como também interage com outras práticas sociais. De acordo com Nascimento (1985 *apud* NUNES, 2006),

o quilombo representa um instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior auto-afirmação étnica e nacional. O fato de ter existido como brecha no sistema em que negros estavam moralmente submetidos projeta uma esperança de que as instituições semelhantes possam atuar no presente ao lado de várias outras manifestações de reforço à identidade cultural (NASCIMENTO, 1985 *apud* NUNES, 2006, p. 139).

A partir da exclusão social com a qual os negros tiveram que conviver, na sociedade brasileira, desde quando foram retirados do território africano, a educação começou a se apresentar para eles como um meio de mobilidade social (cf. SANTOS, 2005). Contudo, o espaço que deveria contemplar um ensino adequado à diversidade brasileira, funcionou, em muitos momentos, como um instrumento de opressão, reverberando um imaginário eurocêntrico do saber. Diante desse fato, os negros elaboraram outras estratégias de ascensão através da educação, lutando pelos seus direitos. E muitos dos avanços conquistados, no que se refere às questões étnico-raciais no ensino, devem-se a essas reivindicações.

Então, a existência dos quilombos educacionais funciona também como ferramenta política para a conscientização de afrodescendentes da necessidade de se continuar a luta por mudanças significativas nesse campo de tensão que é o ambiente escolar. Nascimento pontua que:

Nos movimentos sociais negros da nossa história, a universalização dos direitos surge como exigência para a superação do racismo, da discriminação racial e das condições de maior pobreza e violência, que são, pelo menos, possibilidades concretas e permanentes. Os cursos pré-vestibulares para negros e carentes são parte importante de uma trajetória de lutas da população negra pela sua condição de seres humanos, em um primeiro momento e de cidadãos a partir do fim do período escravista.

De fato, através do trabalho de preparação para o vestibular, nos cursos pré-vestibulares populares, reúne-se um número expressivo de pessoas na luta pela democratização do acesso ao ensino superior e contra o racismo e a discriminação (NASCIMENTO, 2005, p. 151)

Os quilombos de outrora e os quilombos educacionais partilham da ideia de se pensar o espaço quilombola como um local onde se constroem e se propagam saberes, um lugar onde se preserva uma cultura ancestral, e, mais além, um ambiente onde indivíduos refletem sobre sua própria condição negra, e podem ousar e rasurar as estruturas cristalizadas de uma

sociedade ainda atravessada por imposições hegemônicas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcio. Mandela. In: CADERNOS NEGROS – *Os melhores poemas*. São Paulo: Quilombhoje, 1998. p. 100-101.

ÍROHÍN. Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia. In: *Írohín Online*. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=3485>>. Acesso em 19 nov 2008.

MEC. *Quilombos: Espaço de resistência de homens e mulheres negros*. Brasília: REDEH, 2005. 77 p.

NASCIMENTO, Alexandre do. Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. In: ROMÃO, Jeruse. *Histórias da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Secad, 2005. p 139-156.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. Educação Quilombola. In: MEC. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 139-161.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto. Educação Fundamental. In: MEC. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006. p. 53-75.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: Secad. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC, Secad, 2005. p. 21-37.